Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 49 - 64, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.13053

ESCOLA, TERRITÓRIO E DESIGUALDADE: Ampliando perspectivas teóricas e agendas de pesquisa

SCHOOL, TERRITORY AND INEQUALITY: Expanding theoretical perspectives and research agendas

ESCUELA, TERRITORIO Y DESIGUALDAD: Ampliando perspectivas teóricas y agendas de investigación

Eduardo Donizeti Girotto
João Victor Pavesi de Oliveira

RESUMO

O artigo problematiza e propõe outras abordagens teórico-metodológicas, desde o campo epistemológico da geografia, em sua vertente crítica, no entendimento da relação entre escola, território e desigualdade. Trata-se de pesquisa documental qualitativa, focada na produção acadêmica nacional e internacional entre 2005 e 2019. Na análise, constatou-se que as pesquisas nacionais assentam-se em concepções do campo da sociologia da educação, com influência do conceito de efeito território / efeito de lugar a partir das contribuições de Pierre Bourdieu. No âmbito internacional, as pesquisas abordam os efeitos das políticas educacionais, sob viés neoliberal, na ampliação das desigualdades escolares e espaciais. Em ambos os casos, verifica-se pouca preocupação no debate conceitual sobre o território. Assim, problematizamos as contribuições epistemológicas da geografia, em sua vertente crítica, na constituição de uma teoria do espaço para o entendimento da relação entre escola, território e desigualdades, articulando-a com o sentido da produção espacial no capitalismo.

Palavras-chaves: Geografia da Educação; Desigualdades Territoriais; Política Educacional.

ABSTRACT

The article problematizes and proposes other theoretical and methodological approaches, from the epistemological field of geography, in its critical aspect, in the understanding of the relationship between school, territory and inequality. It is a qualitative documentary research, focused on national and international academic production between 2005 and 2019. In the analysis, it was found that national research is based on conceptions in the field of the sociology of education, with influence of the concept of territory effect / place effect from Pierre Bourdieu's contributions. At the international level, the research addresses the effects of educational policies, under neoliberal bias, on the expansion of school and spatial inequalities. In both cases, there is little concern in the conceptual debate about the territory. Thus, we problematize the epistemological contributions of geography, in its critical aspect, in the constitution of a theory of space for the understanding of the relationship between school, territory and inequalities, articulating it with the sense of spatial production in capitalism.

Keywords: Geography of Education; Territorial Inequalities; Educational politics.

RESUMEN

El artículo problematiza y propone otros enfoques teóricos y metodológicos, desde el campo epistemológico de la geografía, en su vertiente crítica, en la comprensión de la relación entre escuela, territorio y desigualdad. Se trata de una investigación documental cualitativa, enfocada a la producción académica nacional e internacional entre 2005 y 2019. En el análisis, se encontró que la investigación nacional se sustenta en concepciones en el campo de la sociología de la educación, influenciadas por el concepto de territorio / efecto de lugar de las contribuciones de Pierre Bourdieu. A nivel internacional, la investigación aborda los efectos de las políticas educativas, bajo sesgo neoliberal, sobre la expansión de las desigualdades escolares y espaciales. En ambos casos, hay poca preocupación en el debate conceptual sobre el territorio. Así, problematizamos los aportes epistemológicos de la geografía, en su vertiente crítica, en la constitución de una teoría del espacio para la comprensión de la relación entre escuela, territorio y desigualdades, articulándola con el sentido de producción espacial en el capitalismo.

Palabras Claves: Geografía de la educación; Desigualdades territoriales; Políticas educativas.

INTRODUÇÃO

A relação entre escola e território tem se consolidado como um dos temas de investigação na sociologia da educação brasileira desde o processo de formação deste campo de conhecimento. Luiz Pereira, em 1968, em um dos primeiros trabalhos sobre o tema, tratou das implicações daquilo que denominou de "entorno" sobre as dinâmicas no interior do ambiente escolar, percebendo o lugar da escola nos processos de reprodução social, em especial, das classes populares. Desde então, tem se ampliado os temas e abordagens acerca desta relação, com um amplo conjunto de pesquisas realizadas. Tais análises têm, predominantemente, articulado debates da sociologia urbana, em especial, decorrente das concepções teórico-metodológicas da Escola de Chicago, somados a elementos de método da sociologia da educação francesa, com destaque para as produções desenvolvidas por Pierre Bourdieu em torno do efeito do lugar (1999). Estabelecem então, exames quantitativos aliados as análises qualitativas, operando os conceitos de "efeito de vizinhança" (*neighborhood effects*) e "geografia de oportunidades" como expedientes teóricos para compreender as desigualdades educacionais em ambientes urbanos.

Contudo, apesar dos resultados obtidos por este campo de pesquisa, partimos da hipótese de que as investigações acerca da relação entre escola e território no Brasil ainda pouco avançaram na compreensão das especificidades de nossa formação socioespacial. Parte desta limitação é decorrente da pouca preocupação em aprofundar o debate epistemológico acerca do território e dos sentidos que ele assume na formação social brasileira, marcado por processos territorialmente desiguais, bem como de uma análise que pouco problematiza os efeitos das políticas educacionais no enfrentamento / reprodução de tais desigualdades.

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo propor outras formas de conceber a relação entre escola e território no contexto brasileiro, articulando os debates teórico-conceituais desenvolvidos no campo da geografia, na perspectiva crítica, com os trabalhos já desenvolvidos, no Brasil e no mundo, acerca da articulação entre escola, território e desigualdades. Em nossa perspectiva, entre as principais contribuições que esta abordagem pode trazer diz respeito a ampliação do debate epistemológico a partir da ideia de complexidade socioespacial contribuindo para a redefinição de conceitos, como o de território, tomado, muitas vezes, como pano de fundo para ocorrência dos fenômenos educativos. Propomos, portanto, compreender a dimensão espacial do fenômeno educacional, entendendo-o como instância do social (SANTOS, 1996), condição de existência dos fenômenos e processos, o que pressupõe entender que discutir o espaço é fazê-lo no interior de uma teoria acerca dos sentidos que o mesmo assume na dinâmica da reprodução social contemporânea (SOJA, 1993) e no interior da formação socioespacial brasileira.

Para tanto, realizamos revisão das pesquisas que abordam a relação entre escola, desigualdade e território publicadas nos últimos 10 anos no Brasil e no mundo, buscando identificar como elas compreendem e problematizam tal relação. A partir disso, apresentamos, em diálogo com autores da geografia, em sua vertente crítica, outras possibilidades de compreensão teórico-conceitual do território e, consequentemente, da relação com a escola e as desigualdades.

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte, apresentamos e problematizamos as principais pesquisas encontradas no processo de revisão da literatura que tratam da relação entre escola e território, com o intuito de identificar concepções teórico-metodológicas dominantes, bem como as principais conclusões consolidadas pelas investigações. Após isso, apresentamos um conjunto de autores e ideias do campo epistemológico da geografia objetivando problematizar as possibilidades interpretativas da relação entre escola, território e desigualdades. Nesta seção, também discutiremos como tais abordagens vêm sendo desenvolvidas em processos de pesquisa, principalmente na Inglaterra, com a formação de um campo de investigação denominada de Geografia da Educação. Por fim, apresentamos, brevemente, uma ideia de agenda de pesquisa decorrente dessa articulação entre geografia e os trabalhos em educação, com foco no entendi-

mento da especificidade da formação socioespacial brasileira e da escola pública tem na compreensão do fenômeno educacional.

Escola, desigualdade e território: revisando a literatura

como dissemos, o objetivo principal deste trabalho é problematizar e propor outras abordagens teórico-metodológicas, desde o campo epistemológica da geografia, em sua vertente crítica, para as pesquisas que buscam entender a relação entre escola, território e desigualdade. Para tanto, é fundamental reconhecer que se trata de um campo de pesquisa, no Brasil e no mundo, já consolidado, com especial destaque para os trabalhos no âmbito da sociologia da educação. Mais recentemente, em especial, na Inglaterra e na Suécia, temos visto o aparecimento de pesquisas denominadas de geografia da educação, com ênfase no entendimento das desigualdades espaciais e sua articulação com as desigualdades sociais. Por isso, o intuito desta seção do artigo é construir uma da revisão da literatura, no Brasil e no mundo, com o objetivo de identificar as concepções teórico-metodológicas e as abordagens das pesquisas realizadas interseccionando educação, desigualdade e território.

Para isso, realizamos busca em 6 diferentes bancos de dados acadêmicos (três brasileiros e três internacionais) e utilizamos como recorte temporal o período entre 2005 e 2019. A busca nos bancos de dados foi realizada com os seguintes descritores: "educação, desigualdade e território", "sociologia da educação", "geografia da educação", "desigualdade territorial e educacional". Os descritores foram utilizados tanto em língua portuguesa quanto inglesa. A partir disso, dividimos os artigos encontrados em dois conjuntos, que passaremos a denominar de revisão 1 e revisão 2. A revisão 1 reúne os textos publicados por pesquisadores e pesquisadoras brasileiros, em periódicos nacionais. Já a revisão 2, reúne os textos, em língua inglesa, publicados em periódicos internacionais.

Revisão 1: o predomínio do efeito território

No levantamento acerca dos trabalhos nacionais sobre a relação entre escola, território e desigualdade, foram predominantes aqueles feitos a partir do campo de pesquisa sociologia da educação. Os trabalhos reunidos neste primeiro conjunto de revisão (TORRES, FERREIRA e GOMES, 2005; ÉRNICA e BATISTA, 2012; RIBEIRO e KOLINSKY, 2012; COSTA e KOLINSKY, 2012; KOLINSKY e ALVES, 2012; RIBEIRO e VÓVIO, 2017) têm como conceito norteador aquilo que denominam de "efeito território", em uma derivação do conceito de "efeito de lugar" proposto por Bourdieu (1999).

Um dos primeiros trabalhos que traz esta abordagem trata-se de "Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança" de Torres, Ferreira e Gomes (2005). Na investigação, os autores visam entender como o fato de residir na periferia impacta na conclusão do Ensino Médio. Ao observarem um aumento na escolarização das crianças de 7 a 14 anos, no início dos anos 2000, os autores reconheceram que a ampliação do acesso à escola não acompanhou uma melhora no desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, fenômeno denominado por eles de "paradoxo da universalização". Isto é, nas escolas localizadas em áreas periféricas, mesmo com parâmetros operacionais básicos (infraestrutura, docentes e currículo) semelhantes, os alunos tendiam a apresentar performances escolares piores nas avaliações externas. Reconhecendo que variáveis individuais "clássicas", como renda, sexo, raça e escolaridade dos pais são explicativas para as desigualdades educacionais, os autores questionaram qual o impacto na escolaridade quando, a estas características, são somadas a da localização residencial dos sujeitos.

> De fato, é bastante conhecido o argumento de que nas escolas onde alunos de diferentes grupos sociais são misturados a performance escolar dos mais pobres é influenciada pela performance dos demais. No caso do estado de São Paulo, isso parece acontecer, por exemplo, em escolas de cidades pequenas do Oeste do estado, que, de fato, apresentam resultados escolares mais significativos. Porém, nas áreas metropolitanas, o mais provável é que – devido à segregação social existente – a grande maioria dos alunos pobres e filhos de pais com baixa escolaridade só possa estudar em escolas relativamente homogêneas, com crianças do mesmo perfil socioeconômico. (TORRES, FERREIRA, GOMES, 2005, p. 127)

Partindo dos levantamentos realizados sobre o nível de conclusão do Ensino Médio entre jovens de 18 e 19 anos, os autores verificaram que ao lado de sexo e raça, "morar em áreas segregadas faz uma diferença substantiva do ponto de vista das condições de conclusão do ensino médio" (TORRES, FERREIRA, GOMES, 2005, p. 139). Significa dizer, nos termos dos autores que, ao analisar dois jovens, em semelhantes condições socioeconômicas, sendo um residente da periferia e outro de bairros centrais, é mais improvável que o primeiro conclua o Ensino Médio do que o segundo. Tal situação se explica, ainda na ótica dos autores, pela dinâmica de segregação socioespacial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que contribui na "transmissão intergeracional" da pobreza e da baixa escolaridade.

Desse modo, ao demonstrarem que a segregação impacta negativamente na performance escolar desses jovens, os autores apontam para necessidade de que as políticas educacionais reconheçam as desigualdades territoriais defendendo o oferecimento de escolas diferenciadas para áreas mais carentes. Exemplificam essa ideia mencionando o projeto dos *Centros de Educação Unificados* (*CEUs*), iniciado na gestão municipal de Marta Suplicy, que criaram nas periferias mais vulneráveis escolas diferenciadas "melhorando as condições de escolarização das crianças em pior condição socioeconômica"(p. 129).

Sob as mesmas perspectivas teórico-metodológicas, Érnica e Batista (2012) apresentam os resultados da pesquisa "Educação e desigualdades: educação em territórios de alta vulnerabilidade social", ocorrida em 2009 na Subprefeitura de São Miguel Paulista, periferia leste da cidade de São Paulo. Baseando-se na ideia de "efeito do território", a pesquisa buscou entender qual o impacto da vulnerabilidade social sobre as oportunidades educacionais em escolas localizadas em territórios vulneráveis, indagando quais características territoriais mais afetam as oportunidades educacionais. Identificando São Miguel Paulista como uma região de alta vulnerabilidade social pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), mapearam os equipamentos e serviços públicos ali oferecidos verificando quais mais asseguravam os direitos sociais à comunidade. Com a caracterização de 61 escolas públicas e seus alunos, produziram etnografias que permitiu diferenciar a composição do corpo discente, pelos recursos culturais de seus familiares, relacionando a vulnerabilidade social do entorno da escola com o desempenho das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os autores apresentam uma revisão da literatura com base na ideia "efeito de lugar" de Bourdieu (1999). A partir de variações desse conceito, enxergam ser essa a abordagem mais adequada para definir o impacto que o local de residência e as características sociais têm sobre as condições de vida e mobilidade social. Reconhecem que o efeito do território é mais considerável em realidades marcadas por grandes desigualdades socioeconômicas e educacionais, intensificando a segregação sociocultural ali presente e/ou por ter contextos em que o Estado de bem-estar não foi capaz de universalizar direitos sociais. (ÉRNICA; BATISTA, 2012, p. 643).

Portanto, utilizando de análises quantitativas, reconheceram que quanto maior é o nível de vulnerabilidade social do entorno das escolas, mais limitada tende a ser a qualidade de oportunidades educacionais oferecidas a eles. Conclusões encontradas a partir de duas evidências: *i.* o desempenho das escolas no Ideb e *ii.* o desempenho dos alunos na Prova Brasil. Para o Ideb, notaram que as notas por escola tendiam ser menores conforme maior fosse o índice de vulnerabilidade social dos territórios em que as escolas estavam inseridas; e, para o desempenho dos alunos na Prova Brasil, constataram que estudantes com famílias de mesmos recursos culturais acabavam tendo desempenhos distintos a depender

do nível de vulnerabilidade de onde a escola está estabelecida. Assim, o trabalho verificou que as características do entorno de uma unidade escolar permitem explicar as diferenças no desempenho dos estudantes, até mesmo quando possuem o mesmo volume de recursos culturais. Tais conclusões veem a reforçar estudos já realizados sobre a relação da segregação socioespacial com as desigualdades educacionais.

O salto realizado pela pesquisa foi identificar os processos e mecanismos que o efeito do território produz, correlacionando os níveis de vulnerabilidade social do entorno das escolas com as variações dos medidores de qualidade educacional. De modo geral, concluíram que:

> [...] a correlação entre a variação nos níveis de vulnerabilidade social do entorno da escola e as variações na qualidade da oferta educacional é produzida por um conjunto de mecanismos ou processos que fazem com que os territórios de alta vulnerabilidade social tendam a acumular desvantagens que restringem as condições de realização de uma oferta educacional de qualidade. Como face correspondente, esses mecanismos ou processos fazem com que as escolas situadas nas áreas mais centrais e com entorno menos vulnerável acumulem vantagens relativas, o que permite a elas um melhor funcionamento e, por extensão, a obtenção de melhores resultados. (ÉRNICA & BATISTA, 2012, p. 650)

Vale mencionar que os autores identificaram que o desempenho escolar dos estudantes está diretamente relacionado com a qualidade na oferta educacional e de serviços à população em territórios de alta vulnerabilidade. Igual correlação, os autores encontraram sobre a distribuição desigual de recursos estatais pelas políticas públicas, assim como a alocação desigual dos docentes bem colocados nos concursos de admissão. Verificaram, ainda, que essa dinâmica estimula uma lógica de quase-mercado onde as escolas concorrem entre si por posições de prestígio numa hierarquia, que interfere no funcionamento interno das escolas e na relação com as outras unidades; o que leva famílias com investimentos educacionais mais intensos e de nível socioeconômico mais alto tenderem à procurar escolas de melhor reputação e com corpo discente de nível socioeconômico mais alto, "reproduzindo no sistema público de ensino padrões de desigualdade encontrados na sociedade" (p.662).

Érnica e Batista evidenciaram, portanto, como o estudo sobre o efeito do território na educação permite identificar tendências explicativas sobre as desigualdades educacionais estarem acumuladas em territórios mais vulneráveis, que, por definição são os que possuem menos recursos para se opor aos desafios que lhe são impostos.

Ribeiro e Kolinsky (2012) trazem nova escala de debate, ao discutir aquilo que denominaram de efeito metrópole e seus possíveis efeitos sobre as desigualdades educacionais. Nesta perspectiva, a relação com a educação é pensada em um contexto metropolitano, ampliando o entendimento da relação que a escola estabelece com o território para além do seu entorno, principalmente focando as análises na escala intra-municpal. O trabalho apresenta importante contribuições para o debate ao evidenciar a escala metropolitana no entendimento das políticas educacionais e das desigualdades decorrentes delas. Além disso, aponta como a precarização das condições de vida nas metrópoles brasileiras produz efeitos sobre as oportunidades educacionais de crianças e jovens.

Na mesma linha, os trabalhos de Costa e Kolinsky (2012) e Kolinsky e Alves (2012) buscam compreender os efeitos das políticas educacionais, principalmente aquelas vinculadas a lógica neoliberal, produzem desigualdades sobre as oportunidades educacionais. No primeiro, os autores analisam os efeitos daquilo que denominam de "quase mercado oculto", "políticas que buscam estimular a liberdade de escolha de escolas por parte dos pais visam declaradamente promover processos de melhoria da oferta educacional por meio de mecanismos competitivos" (COSTA e KOLINSKY, 2012, p. 196), sobre a ampliação das desigualdades educacionais. No segundo, retomam o conceito de efeito de vizinhança, outro dos conceitos mobilizados a partir da referência do efeito de lugar, que tem sido utilizado nos debates sobre a relação escola território e desigualdade nesta literatura revisada.

Desse modo, apesar das contribuições trazidas pelas duas pesquisas citadas anteriormente, é possível verificar que o foco da análise está muito mais no conceito de efeito do que, efetivamente, no de território, apresentado, muitas vezes, esvaziado de profundidade epistemológica. Tal esvaziamento não pode ser relacionado, porém, como um problema de

origem, uma vez que a conceituação de efeito de lugar proposta por Bourdieu tem ampla preocupação em compreender como se produzem os lugares e os efeitos que eles têm sobre a reprodução das desigualdades sociais. Para Bourdieu, é fundamental romper com a aparente naturalização dos lugares, o que pressupõe entender a relação entre espaço físico e espaço social. Para o autor,

> Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de fronteira natural). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa) (BOURDIEU, 1999, p.160)

No entanto, a relação entre espaço físico e social, mediada pela produção social do espaço, um dos fundamentos da perspectiva de Bourdieu, pouco aparece nas análises referidas. Os padrões de segregação urbana discutidos pelos autores são apontados como algumas das causas pela segregação também encontrada na composição da comunidade escolar, em um processo no qual as condições do entorno produzem efeitos sobre a dinâmica escolar. No entanto, o foco no debate sobre o efeito do território na dinâmica escolar acaba, em nossa perspectiva, não possibilitando aos autores uma discussão sobre a produção social do território e sua articulação com diferentes escalas, agentes e processos. Com isso, o território acaba, muitas vezes, sendo tomado como um dado da realidade, pouco problematizado nas contradições que poderia revelar acerca do sentido da cidade e do urbano no capitalismo e na formação territorial brasileira.

Análise semelhante pode ser encontrada no trabalho de Ribeiro e Vóvio (2017), que faz um levantamento de diferentes pesquisas articulando desigualdades territoriais e desigualdades escolares. Ao apresentar os principais temas, metodologias e resultados destas pesquisas, foi possível verificar que elas pouco avançam na problematização conceitual e metodológica do território e sua relação com as desigualdades e a educação. O debate sobre a origem do efeito território que, como vimos, tem suas origens no efeito de lugar proposto por Bourdieu, pouco vem à tona e, portanto, o que se busca são estratégias para minimizar os efeitos do território. Com isso, todas as conclusões das pesquisas analisadas indicam uma relação, pouco problematizada, entre desigualdade territorial e desigualdade escolar.

Se, por um lado, a busca pela diminuição dos efeitos das desigualdades territoriais sobre aquilo que ocorre nas escolas é uma das importantes lições retiradas deste conjunto de pesquisas, por outro, é insuficiente para problematizar e tensionar os processos de reprodução das desigualdades que ocorrem como resultado, entre outras coisas, do entrecruzamento das políticas educacionais com outras políticas públicas e privadas, no contexto do modo de produção capitalista. Ao focar na dinâmica das unidades escolares, buscando compreender como elas atuam no enfrentamento aos efeitos do território, constrói-se uma falsa sensação de que as escolas podem ser entendidas desconectadas de um conjunto mais amplo de políticas públicas e privadas. Por exemplo: como as políticas de bonificação por mérito, adotadas com intensidade a partir da década de 2000 em diversas redes de educação no Brasil e que levam em consideração os resultados dos estudantes em avaliação padronizadas, pressiona os sujeitos das escolas a produzirem, a qualquer custo, estes resultados, inclusive privilegiando estudantes com determinado perfil socioeconômico no momento da matrícula? Como as políticas de gratuidade do transporte público afeta a mobilidade dos estudantes pela cidade, reforçando processos de segregação? Como as políticas de precarização das condições de trabalho afetam as perspectivas de futuro dos jovens e sua visão acerca da escola e das oportunidades que ela pode oferecer de acesso ao mundo do trabalho? Estes são alguns exemplos de questões que, em nossa perspectiva contribuem para um olhar transversal que localiza a política educacional no interior de um debate mais amplo acerca da política pública na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Outro elemento que chama a atenção nos artigos da revisão 1 é certo silenciamento acerca do sentido da produção do espaço na dinâmica capitalista. Apesar da existência de uma ampla literatura acerca das desigualdades inerente as ao tema, tanto na sociologia urbana quanto na geografia urbana, pouco deste arcabouço teórico-metodológico é colocado a serviço de problematizações mais ampliadas sobre as desigualdades educacionais. Pelo contrário, os debates sobre a produção do espaço no capitalismo (formas, processos, disputas, contradições) são colocadas ao largo das discussões centrais dos artigos analisados na revisão 1.

Assim, de forma geral, a análise deste primeiro conjunto de artigos indica uma compreensão do território / lugar sem a prudência categorial e conceitual, utilizando-os de maneira despreocupada em diferenciá-los. Usando como se fossem sinônimos, persistem em vinculá-los a um pedaço qualquer da superfície terrestre que contém objetos e relações, enxergando como palco onde os processos educativos ocorrem. Não são, no entanto, palcos inertes, uma vez que as investigações buscam compreender os efeitos dos mesmos sobre a prática educativa. Mas os efeitos são lidos unilateralmente, ou seja, do território / lugar sobre a escola e os processos educativos, gerando assim, como indicado anteriormente, uma perspectiva de ação que busca construir estratégias didáticas e de gestão escolar com o intuito de minimizá-los. Pouco espaço há, nas abordagens predominantes nos artigos, para análise articulando diferentes escalas, sujeitos e processos, problematizando, por exemplo, como as próprias lógicas diretivas das políticas educacionais participam de processos de produção da cidade no capitalismo, reforçando condições de desigualdades.

Revisão 2: as políticas educacionais como (re)produtoras de desigualdades

No que se refere a revisão 2, pudemos constatar um conjunto mais amplo de textos que buscam localizar o debate das desigualdades territoriais e educacionais no contexto das reformas educativas neoliberais. Nesta revisão, encontramos autores e artigos que se identificam como pertencentes ao campo da Geografia da Educação, que buscam problematizar tais questões a partir dos contextos canadense (YOON, LUBIENSKI & LEE, 2018), sueco (ANDERSSON, MALBEMRG & OSTH, 2012), inglês (HOLLOWAY & PIMLOTT-WILSON, 2011), sul-africano (KADT et al, 2014) e estadunidense (LAFLEUR, 2016). Em todos os casos, há preocupação em compreender como as políticas educacionais, feitas e implementadas em contextos de políticas públicas neoliberais, têm contribuído para diminuir ou ampliar as desigualdades educacionais e territoriais.

Entre as principais conclusões das pesquisas está a apresentação de evidências que apontam para as conexões entre segregação urbana e políticas educacionais neoliberais. Umas destas evidências está nos efeitos das chamadas políticas de escolha escolar (*school choice*). Tais políticas, amplamente defendidas pelos elaboradores das políticas educacionais neoliberais, parte do pressuposto de que é fundamental dar aos pais o direito de escolherem onde devem matricular seus filhos. Em alguns países, como é o caso do Chile, tal escolha significa ampliar as possibilidades dos estudantes de se matricularem em escolas privadas, com a implementação de mecanismos de vouchers escolares. Em outros casos, como na Inglaterra e no Canadá, tais escolhas ocorrem no interior da própria escolarização pública, assumindo, a priori, a desigualdade intra-rede. Segundo os defensores de tal política, a escolha escolar ampliaria a competição entre as unidades escolares, produzindo efeitos de melhora no desempenho geral do sistema educacional.

No entanto, as pesquisas analisadas apontam que a escolha escolar tem contribuído para a estigmatização de escolas, comunidades e bairros, com efeitos sobre a valorização / desvalorização econômica de áreas da cidade. Além disso, o direito à escolha tem se restringido ao conjunto de estudantes de alto poder aquisitivo, contribuindo assim para reforçar desigualdades educacionais e territoriais.

Uma das metodologias utilizadas nas pesquisas analisadas com o intuito de compreender a dinâmica das desigualdades é o mapeamento do deslocamento dos estudantes entre casa e escola. Segundo Andersson, Malmberg & Osth (2012, p. 35-36), ao tratar do caso sueco,

> modelando como as distâncias de viagem para a escola são influenciadas por fatores individuais, contexto familiar e pelo contexto de vizinhança, será possível dar uma imagem mais detalhada de como a escolha da escola remodela a composição social e étnica das escolas suecas

Há que se destacar que, no caso brasileiro, as pesquisas sobre mudanças no trajeto casa-escola dos estudantes esbarram na falta de dados públicos disponíveis. Trata-se de dificuldade semelhante a relatadas por Kadt *et al* (2014) acerca do contexto sul-africano.

Com a implementação da política de escolha escolar, os estudantes não são mais obrigados a se matricularem nas unidades escolares mais próximas de suas residências, ampliando assim o deslocamento entre casa e escola. No entanto, esta ampliação apresenta inúmeras desigualdades, uma vez que, na maioria dos países onde foi implementada, tal política não veio acompanhada de políticas de subsídio / gratuidade do transporte escolar. Neste sentido, as pesquisas apontam que o direito à escolha escolar é exercido por aqueles que podem, por um lado, arcar com os custos dos deslocamentos casa-escola ou, de outro, arcar com os custos de viver em áreas da cidade nas quais se localizam as escolhas consideradas de melhor qualidade que são também as áreas mais bem providas de equipamentos públicas e privados. No caso canadense e sueco, onde se desenvolveu, nas últimas décadas, um sistema de estado de bem-estar social, tal política tem contribuído para ampliar desigualdades e alterar o sentido da escola enquanto direito. Como aponta Yoon, Lubienski & Lee, 2017, p. 294)

> O padrão de mobilidade estudantil indica um nível crescente de segregação e a possibilidade dos pais escolherem a escola não com base na qualidade da escola, mas nas características socioeconômicas das escolas ou das áreas em que estão localizadas

Conclusões semelhante são apresentadas por Kadt *et al* (2014) em relação à realidade Sul-Africana, com um agravante: verifica-se ampliação de desigualdades em um sistema educacional amplamente desigual, que ainda busca superar as marcas das décadas de dominação colonial e de apartheid. Como apontam as autoras, "os dados apresentados ilustram que, mesmo em um contexto de disponibilidade limitada de recursos, crianças e famílias estão dispostas a fazer investimentos substanciais para ter acesso a oportunidades educacionais de maior qualidade" (KADT *et al,* 2014, 9. 185).

Outro importante estudo é o realizado por Kotok et al.(2017) que analisa a recente ampliação da segregação racial no sistema escolar estadunidense, com foco no estado da Pensilvânia, a partir da adoção das políticas de escolha escolar, materializada com a implementação das escolas charters. Segundo os autores, havia uma expectativa dos defensores do modelo charter que ele produziria mais oportunidades para estudantes de baixa renda e diminuiria a segregação escolar encontrada nas escolas públicas. No entanto, os resultados das pesquisas apontam mudança na composição socioeconômica e racial das escolas charters na direção de reforçar comunidades escolares mais homogêneas. Em termos objetivos significa dizer que os estudantes de baixa renda, negros e latinos tendem a ser matriculados em escolas charters onde predomina este perfil socioeconômico e racial em percentual mais elevado daquele encontrado em suas escolas de origem. Para os autores, isto significa importante retrocesso na luta contra a segregação que tem marcado, desde a década de 1960, os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Outra evidência encontrada pelos autores diz respeito ao que denominaram de "dinâmica da porta giratória", ou seja, uma mobilidade acima da média entre os estudantes transferidos de escolas públicas tradicionais para escolas charters, indicando possíveis problemas de adaptação ao novo modelo. Segundo os autores,

> Essa mobilidade é exacerbada pelo fato de que muitas das escolas *charter* na Pensilvânia têm pior desempenho acadêmico do que as escolas públicas tradicionais (TPS) de origem; algumas, é claro, superam as escolas TPS (CREDO, 2011). Para que a escolha da escola cumpra sua promessa de equidade, a compensação por essa maior transitoriedade do aluno deve pelo menos beneficiar os alunos por meio de escolas mais equitativas e racialmente diversificadas. Embora existam alguns exemplos de escolas *charter* de minorias segregadas e bem-sucedidas, os formuladores de políticas também devem considerar o impacto nas escolas de origem dos alunos, as escolas charter menos bem-sucedidas e o aumento da segregação e mobilidade neste novo mercado de ensino para julgar se a escolha da escola melhorou a educação (KOTOK *et al,* 2017, p. 436-437)

Bell (2009) também analisa se as políticas de escolha escolar estão produzindo igualdade de oportunidades educacionais nas cidades do meio-oeste estadunidense. Em sua perspectiva, é fundamental compreender como pais e estudantes constroem, efetivamente, a escolha escolar. Quais variáveis são levadas em consideração neste processo? Na contramão do que os defensores das políticas de escolha escolar apontam, as evidências encontradas pela autora indicam amplas desigualdades de classe que impactam no direito dos pais e estudantes a esta escolha.

> Parece relativamente inócuo notar que as escolhas dos pais são limitadas. Mas quando você considera como as desigualdades sociais existentes moldaram esses limites por meio da influência quase invisível dos recursos, o significado desse limite se torna mais claro. As desigualdades estruturais nas redes sociais, padrões de matrícula e históricos acadêmicos são fatores convincentes e pouco documentados na tomada de decisão dos pais. Mesmo que a escolha faça com que as escolas melhorem em todos os níveis, não temos razão para acreditar que esses recursos funcionarão de forma mais equitativa ou se tornarão menos relevantes para a construção do conjunto de escolha (BELL, 2009, p. 206)

Tais desigualdades, por sua vez, contribuem para ampliar as desigualdades no sistema escolar, levando os estudantes maiores oportunidades a se matricularem nas escolas com melhores condições, sendo o oposto verdadeiro. Com isso, podemos verificar como as políticas de escolha escolar podem produzir exatamente o efeito contrário daqueles expressos nos discursos e documentos dos defensores de tal medida. Como aponta a autora,

> Os mercados escolares são frequentemente vistos como abertos, imparciais e justos. Sugere-se que, se simplesmente dermos escolha aos pais, eles selecionarão a melhor escola do conjunto existente. Mas essa lógica direta não leva em conta os fatores sociais e históricos que moldam a tomada de decisão dos pais. Embora a oferta de escolas de qualidade seja importante, se a escolha é proporcionar ganhos de equidade significativos, nossas políticas devem levar melhor em consideração as quase invisíveis desigualdades sociais e históricas que restringem as escolas que os pais estão dispostos a considerar (BELL, 2009, p. 207).

Na mesma linha de discussão vai a pesquisa desenvolvida por Fjellman; Yang Hansen; Beac (2019) que busca compreender as implicações das políticas de quase-mercado sobre as oportunidades educacionais na Suécia. Entre os resultados, os autores verificam uma importante reestruturação espacial do sistema educacional Sueco, com maior mobilidade dos estudantes entre bairros e cidades. Com isso, identificam mudanças na distribuição espacial das escolas em toda a Suécia, com a diminuição dos chamados municípios autossuficientes, ou seja, aquelas que são capazes de atender, com unidades escolares em seu território, todos os estudantes em idade escolar. Segundo os autores,

> Em 1997, 276 dos 290 municípios ofereciam pelo menos uma escola secundária local, enquanto em 2011 apenas 264 municípios tinham pelo menos uma alternativa educacional disponível. Isso se traduz no encerramento de todo o ensino médio em 12 municípios ao longo de 14 anos. Dez desses encerramentos ocorreram entre 2008 e 2011. Metade deles ocorreu em municípios de baixa densidade populacional, um em um município rural, um em um município industrial e os dois últimos ocorreram em municípios menores com menos de 15.000 habitantes (FJELLMAN; YANG HANSEN; BEAC, 2019, p. 529).

Tal mudança, na perspectiva dos autores, pode implicar no direito à educação das gerações futuras, uma vez que terão que se locomover em distâncias maiores para conseguirem estudar. Segundo os dados da pesquisa, a diminuição da oferta de educação é maior nas áreas rurais, resultando em maior deslocamento da população da área rural para a cidade.

> Municípios não urbanos apresentaram taxas crescentes de estudantes se deslocando para suas contrapartes urbanas, contribuindo para empobrecer esses municípios de estudantes. Municípios escassamente povoados e menores representavam a maioria dos municípios afetados pelo fechamento de todo o ensino médio local. Conectando-se a provedores privados agrupados em municípios metropolitanos, urbanos e urbanos, os suprimentos educacionais estão gradualmente sendo dispersos de forma diferente. Os alunos agora estão procurando (ou são forçados a procurar) em outro lugar para sua educação em maior extensão, e isso afetará a sobrevivência escolar em áreas onde o fluxo de alunos é alto. O planejamento educacional (usando princípios de mercado) teve, portanto, implicações significativas para as oportunidades educacionais para alunos em diferentes municípios (FJELLMAN; YANG HANSEN; BEAC, 2019, p. 534).

Assim, é possível perceber que tais pesquisas apontam uma complexa dinâmica entre a implementação de políticas educacionais, principalmente aqueles vinculados ao neoliberalismo e as desigualdades educacionais e espaciais. As pesquisas, mesmo que de forma inicial, apontam para a necessidade de compreender como as políticas educacionais neoliberais são importantes indutores de desigualdades. No entanto, encontramos, ainda de forma bastante esparsa e tímida, nas pesquisas aqui reunidas um exercício de definição teórico-conceitual que busque articular escola, desigualdade e território na dinâmica atual do capitalismo. Ainda o território é apresentado desconectado de uma teoria do espaço, em especial, de um a teoria social que busque reconstruir o espaço como uma importante categoria interpretativa da realidade. Sendo assim, é nesta lacuna que, na próxima seção do artigo, buscaremos avançar a partir das contribuições teórico-metodológica da geografia em sua perspectiva crítica.

Redefinindo conceitos e relações: a produção social do território

> desde a década de 1970, temos verificado um movimento, nas ciências sociais, denominado por diferentes autores (HARVEY, 1980; MASSEY, 2002; SOJA, 1993; SMITH, 1988) de virada espacial (*spatial turn*). Em termos gerais, a virada espacial pode ser compreendida como um processo de revalorização da dimensão espacial dos fenômenos nas pesquisas em ciências sociais à luz de uma perspectiva crítica. No caso das pesquisas desenvolvidas no âmbito da geografia tal virada espacial veio acompanhada de uma mudança na compreensão do próprio espaço, tomado não como pano de fundo das ações sociais, mas em relação dialética com a sociedade e todas as suas contradições (de classe, raça, gênero etc.). Como aponta Soja (1993),

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais (p.99)

> De forma hegemônica, as concepções de espaço que têm norteado as pesquisas discutidas na primeira parte deste texto se fundam em uma compreensão da dissociação entre o social e o espacial; nesta concepção, o espacial é tomado como o campo de ocorrência dos fenômenos sociais. Para exemplificar, no caso das pesquisas sobre educação, essa compreensão poderia resultar no entendimento da escola como peça em um jogo de tabuleir que, independentemente de onde estiver, não resultará em alteração nas dinâmicas internas e nas relações com o entorno. É importante destacar que esta critica a concepção do espaço como imóvel e como um dado, a priori da realidade, está também nos fundamentos da renovação teórica da geografia brasileira ocorrido na virada das décadas de 1970 e 1980. Como aponta Santos (1996),

Isto explica por que a ciência espacial que desejamos não é a Geografia oficial. E a geografia "viúva do espaço" não é a ciência espacial que deveria ser. A Geografia, tal como ela é hoje, ajuda a desenvolver e a manter um saber ideológico, enquanto as demais disciplinas espaciais fornecem os instrumentos, métodos e técnicas utilizados para tornar realidade as ideologias a serviço do grande capital. O novo saber dos espaços deve ter a tarefa essencial de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderam criar e difundir (p. 215).

Assim, a perspectiva que adotamos neste trabalho visa reafirmar que toda produção social é também produção espacial, uma vez que altera a ordem da coexistência dos fenômenos, mudando as lógicas de uso, de apropriação e, na dinâmica capitalistas, os valores de uso e de troca. Trata-se de reconhecer que, "os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de proverem das mesmas origens no modo de produção, como dialeticamente inseparáveis" (SOJA, 1993, p.99).

Assumir esta perspectiva, no entanto, não significa enfatizar a dimensão espacial dos fenômenos como se a mesma, isolada e individualmente, fosse capaz de explicar a realidade. Partimos do pressuposto, fundado no materialismo histórico-dialético, de que a realidade é síntese de múltiplas determinações. Ao adotar uma postura que prioriza o espacial em detrimento das outras determinações da realidade, podemos resultar naquilo que Soja (1993) denominou de fetichismo do espaço e que continua presente na recente historiografia da geografia, quando nos deparamos com leituras que colocam os lugares / espaços como sujeitos da história, como ,por exemplo, em frases do tipo: a região sudeste do Brasil explora a região nordeste ou, em outra escala, os Estados Unidos exploram o Brasil. Trata-se, assim, daquilo que Lacoste (1991) denominou de Geografismos, leituras estruturalistas do espaço, que contribuem para ocultar a complexidade do social e da própria relação socioespacial.

Se, como ponto de partida, tomamos a relação socioespacial, é importante, para que possamos avançar na análise, compreender o sentido que ela assume no modo de produção capitalista. Segundo Soja (1993):

> No capitalismo contemporâneo (deixando de lado, por ora, a questão da transição e da reestruturação, suas causas, seu momento etc.), as condições subjacentes à continuação da sobrevivência do capitalismo se modificaram. A exploração do tempo de trabalho continua a ser a fonte primordial da mais-valia absoluta, mas dentro dos limites crescentes que decorrem da redução na duração do dia de trabalho, dos níveis mínimos de salário e dos acordos salariais, e de outras conquistas da organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais urbanos. O capitalismo foi forçado a deslocar uma ênfase cada vez maior para a extração da mais-valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, do papel cada vez mais invasivo do Estado e das transferências líquidas dos excedentes, associados à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas da produção (internamente, através da intensificação, e externamente, através do desenvolvimento desigual e da "extensifcação" geográfica para regiões menos industrializadas do mundo inteiro). Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a serena reprodução das relações sociais de produção. Nesse processo, a produção do espaço desempenha um papel crucial. Foi essa troca de importância entre a temporalidade e a espacialidade do capitalismo que instigou Lefebvre a afirmar que "a industrialização, antes produtora do urbanismo, é agora produzida por ele" (p. 111)

No entendimento da dimensão espacial das condições de reprodução do capitalismo contemporâneo, dois aspectos emergem na análise: de um lado, o reconhecimento da multiescalaridade dos fenômenos e, do outro, a apreensão do desenvolvimento geográfico desigual. No âmbito das pesquisas que assumem a concepção crítica da realidade, isso significa adotar o pressuposto de que "a reestruturação geográfica da economia espacial é sempre desigual; portanto, a reestruturação urbana em uma região da economia nacional ou internacional pode ser acompanhada, tanto em qualidade ou quantidade, natureza ou intensidade, por uma reestruturação em outra região" (SMITH, 2007, p.20). Trata-se, neste sentido, de reconhecer o desenvolvimento geográfico desigual como uma das condições de reprodução do capitalismo desde o seu processo de formação. Se antes tínhamos uma dinâmica espacial marcada pelo avanço sobre novas fronteiras, ou seja, territórios ainda não hegemonizados pela lógica do capital, o que vemos agora em um mundo globalizado, é a produção de novas desigualdades geográficas a partir da revalorização / desvalorização de territórios.

Nestes termos, a desigualdade socioespacial deixa de ser entendida não como um reflexo do desenvolvimento capitalista, mas como meio, condição e produto dele (CARLOS, 2011). Assumindo tal pressuposto, defendemos a necessidade de localizar o debate sobre a relação entre escola, desigualdade e território problematizando o lugar que as desigualdades

cumprem na reprodução de uma sociedade fundada no conflito de classes, raça, gênero. Isso pressupõe, ainda, considerar as diferentes escalas espaço-temporais do entendimento da relação dessa tríade.

Com isso, a interpretação geográfica não apenas identifica essas desigualdades apreendidas pelas diferentes escalas, mas explica que esta é a forma que o capitalismo tem de se reproduzir espacialmente (HARVEY, 2015); trazendo à luz a ideia de complexidade espacial. Considerando ser próprio do modo capitalista de produção um desenvolvimento contraditoriamente espacializado, a diferenciação geográfica retratada nas paisagens, revela e esconde uma sobreposição de camadas que ficam evidentes em pequenos recortes escalares como em um bairro ou num conjunto de ruas, sendo possível identificar significativos abismos sociais. A complexidade espacial, portanto, está em reconhecer a existência dessa situação geográfica, percebendo que a paisagem não é um produto passivo do capital, mas que ela também produz tais relações espaciais (HARVEY, 2016). Por fim, a Geografia realçando essa complexidade espacial demonstra que o espaço é meio, condição e produto para reprodução social, negando interpretações que o entendam como palco e, reafirmando o caráter indispensável da ciência geográfica nas análises de políticas públicas.

É nestes termos que pensamos ser fundamental reconstruir, teórico e metodologicamente, as análises entre escola, desigualdades e território, inserido este último conceito em uma teoria do espaço. Nesta perspectiva, o território passa ser uma das categorias de análise do entendimento da produção social do espaço no capitalismo, com foco no sentido desta produção na formação socioespacial brasileira. Como aponta Santos (1977)

> Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (p. 87)

Reconhecendo as especificidades de nossa formação socioespacial podemos localizar os sentidos, inclusive territoriais, que a escola pública tem assumido neste contexto. Em nossa perspectiva, pensar a escola pública no Brasil é discuti-la no interior de uma formação socioespacial marcada por amplos processos de desigualdades, de racismo estrutural, de violência e de violação de direitos básicos. Isso pode nos ajudar a evitar interpretações reducionistas na relação entre escola, desigualdade e território, que resultam também em propostas políticas que centram na escola a responsabilidade pelo combate à desigualdade. Como vimos, nos casos das pesquisas sobre as políticas educacionais de quase-mercado em todo mundo, tal reducionismo tem contribuído para ampliar as desigualdades.

Além disso, é fundamental incorporar o debate sobre o sentido da política pública no capitalismo contemporâneo, tensionando os limites e possibilidades do exercício da cidadania na dinâmica do modo de produção capitalista. Destaca-se, ainda, que é do interesse dessa "nova razão do mundo", o neoliberalismo tratado por Dardot e Laval (2016), o negligenciamento das questões territoriais dos eventos sociais. Com isso, implementa-se políticas que homogeneízam os contextos, instrumentalizando a complexidade espacial que acaba ampliando as desigualdades e alavanca o pensamento meritocrático da lógica neoliberal. Cabe também, nesta discussão, discutir o lugar que as políticas públicas têm desempenhado na reprodução capitalista, ou seja, na reprodução das condições de produção do capital, instaurando novas frentes de valorização capitalista, em especial, com o ataque as frágeis bases de proteção social constituída a partir de tentativas de instauração de um estado de bem-estar social, e que tem resultado na mercantilização veloz de direitos sociais (saúde, educação, moradia, cultura, alimentação, etc.).

Por fim, é imprescindível reconhecer a escola como território onde se reinventa a política e o mundo, privilegiando a compreensão multiescalar do fenômeno educativo. Para isso, propomos novas dimensões para pensar o efeito de lugar. Em nossa perspectiva, no lugar do efeito caberia tratar da força do lugar, nos termos propostos por Santos (2004): como escala na qual os sujeitos se apropriam do mundo, tendo a possibilidade de subverter a ordem global e, desde o lugar, reinventar o sentido do mudo. Isso significa romper com

visões reducionistas que encerram as fronteiras da escola em si mesmas. O diálogo entre a escola e o território pressupõe multiescalaridade, o que significa compreender que ambos são resultados de fenômenos articulados em diferentes escalas espaço-temporais. Por isso, é fundamental discutir os sentidos da escola e do espaço na dinâmica capitalista, não para reduzi-los ao mesmo, em uma lógica estruturalista, mas para compreender as tensões e conflitos decorrentes da dinâmica própria da totalidade social, sempre aberta, incompleta, em transformação.

Considerações finais

como buscamos demonstrar no decorrer deste texto, as pesquisas sobre escola, desigualdade e território têm, hegemonicamente, posto a ênfase do debate conceitual mais nos dois primeiros conceitos desta tríade analítica, sendo pouco visível uma preocupação epistemológica acerca do território e das diferentes interpretações que o mesmo pode assumir no interior de uma teoria do espaço. Com isso, o que temos visto é um conjunto de pesquisas que apesar de trazer importantes contribuições no entendimento da relação entre escola e desigualdade, pouco contribuem no entendimento de como a relação entre escola, desigualdade e território pode ser entendida como expressão de uma relação mais complexa entre reprodução social e produção espacial, no interior do modo de produção capitalista.

Assim, nesta leitura, as pesquisas têm focado mais no debate de como as escolas e as políticas educacionais podem minimizar os efeitos das desigualdades territoriais, apostando tanto em ações intraescolares, com ênfase na gestão pedagógica, como em medidas que envolvam o conjunto mais amplo das políticas educacionais. De qualquer modo, temos uma interpretação que dissocia as políticas educacionais das demais políticas (públicas e privadas) que estão diretamente relacionadas ao processo de produção e reprodução destas desigualdades socioespaciais.

Desse modo, propusemos na parte final deste trabalho, outra forma de compreender a relação entre escola, desigualdade e território, situando a mesma no interior de uma teoria do espaço. Nesta perspectiva, tomamos o espacial como dialeticamente relacionado como o social, como instância e condição de existência. Além disso, buscamos problematizar como esta relação socioespacial é estratégica no processo de reprodução do modo de produção capitalista, com ênfase na contemporaneidade. Com isso, pensamos que é fundamental redefinir o território, um dos conceitos possíveis para o entendimento da relação socioespacial na contemporaneidade, com ênfase no entendimento de como o poder conforma tal relação, no interior desta perspectiva e, assim, permitindo repensar o sentido das políticas educacionais com foco no entendimento da tríade escola, desigualdade e território.

Em nossa perspectiva, algumas mudanças de interpretação podem decorrer desta modificação epistemológica. Dentre elas, gostaríamos de destacar o entendimento das desigualdades socioespaciais como condição, meio e produto do modo de produção capitalista que pode levar aos pesquisadores à necessidade de entendimento dos processos que produziram tais desigualdades, buscando situar as políticas educacionais neste processo. Isto significa discutir e problematizar qual a intencionalidade espacial das políticas educacionais, reconhecendo seus sentidos e lógicas que a implementação da política tem na contribuição ou reversão dos processos de (re)produção das desigualdades socioespaciais. Por exemplo, as políticas de escolha escolar, próprias do ideário neoliberal no contexto da nova gestão pública, contribuem para ampliar ou diminuir as desigualdades socioespaciais? Quais são os sujeitos desta pesquisa? Como as políticas educacionais dialogam com outras políticas públicas? Como o entendimento dos sujeitos das atuais políticas educacionais contribuem na compreensão dos sentidos hegemônicos que possuem e nas implicações socioespaciais que produzem? Como as políticas educacionais contribuem na lógica de desenvolvimento geográfico desigual, essencial ao desenvolvimento capitalista? Estas são algumas das questões que podem emergir a partir desta mudança epistemológica acerca da relação

entre escola, desigualdade e território e que podem se constituir em ampla agenda de pesquisa, focada em diálogos intersetoriais e interdisciplinares e no entendimento do papel desempenhado pela política educacional no processo de produção desigual dos territórios no capitalismo.

Assim, por esse enfoque, as pesquisas sobre a relação entre escola, desigualdade e território podem ampliar sua capacidade de análise se buscarem problematizar a relação entre o espacial e o social e, com isso, redefinir os escopos e objetivos de análise. Tais contribuições teórico-metodológicas são resultantes do conjunto de pesquisas que temos desenvolvido nos últimos anos e que buscam instigar novos diálogos e percursos de pesquisa, apontando outras formas de interpretação da relação entre escola e território, para além das lógicas gerenciais e estruturalistas que têm marcado o debate. Redefinir esta relação, por sua vez, pode contribuir ao entendimento e enfrentamento das atuais políticas educacionais sob a ótica neoliberal, que têm concebido a escola e os seus sujeitos como essenciais no processo de reprodução das desigualdades.

Referências

ANDERSSON, E., MALMBERG, B., ÖSTH, J.. Travel-to-school distances in Sweden 2000-2006: Changing school geography with equality implications. **Journal of Transport Geography**. 23. 10.1016, 2012.

BELL, C. A. **All choices created equal? The role of choice sets in the selection of schools**. Peabody Journal of Education. **Anais**...abr. 2009

BOURDIEU, P.. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A Miséria do mundo.** 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-166.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, M., KOSLINKSKI, M. C.. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. **Proposições.** Campinas, v. 23, n. 2, 2012.

ÉRNICA, M.; BATISTA, M. A. G. A Escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. **Cadernos de Pesquisa**. V. 42, n 146, 2012.

FJELLMAN, A. M.; YANG HANSEN, K.; BEACH, D. School choice and implications for equity: the new political geography of the Swedish upper secondary school market. **Educational Review**, v. 71, n. 4, p. 518–539, 4 jul. 2019.

HARVEY, D.. **A Justiça Social e a Cidade**. Trad. de Armando C. da Silva. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980 [1973].

HOLLOWAY, S. L.; PIMLOTT-WILSON , HELENA; (2011) The politics of aspiration: neoliberal education policy, 'low' parental aspirations, and primary school Extended Services in disadvantaged communities, **Children's Geographies**, 9:1, 79-94, 2011.

IPEA. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2020.

KADT, J. DE; NORRIS,S. A.; FLEISCH, B.; RICHTER; L.; ALVANIDES, S. Children's daily travel to school in Johannesburg-Soweto, South Africa: geography and school choice in the Birth to Twenty cohort study, **Children's Geographies**, 12:2, 170-188, 2014.

KOSLINKSKI, M. C.; ALVES, F.. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação

favela-asfalto no contexto carioca. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n.120, p. 805-831, jul./set. 2012.

KOTOK, S. et al. School Choice, Racial Segregation, and Poverty Concentration: Evidence From Pennsylvania Charter School Transfers. **Educational Policy**, v. 31, n. 4, p. 415–447, 1 jun. 2017.

LAFLEUR, J. Locating Chicago's charter schools: A socio-spatial analysis. **Education Policy Analysis Archives**, 24(33). 2016.

MASSEY, D.. Introduction – Geography matters. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John. **Geography matters!** Cambridge: Open University/Cambridge University Press, 2002 [1984], p. 1-11.

RIBEIRO, L. C. Q.; KOSLINKSKI, Mariane Campelo. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. **Reviste Eure,** vol. 35, nº 106, 2009.

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista.** Curitiba, n. Especial 2, 2017.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia.** N. 54, 1977.

_____. **Por uma Geografia Nova.** 4º edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TORRES, H. G., FERREIRA, Maria Paula; GOMES, Sandra. Educação e segregação social: explorando as relações de vizinhança. In: MARQUES, E. e TORRES. H.G. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora do Senac, 2005, p. 123-142.

TORRES, H. G. et al. Educação na periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais? In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (orgs.). **A cidade contra a escola? S**egregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ, 2008.

YOON, E.; LUBIENSK, C. I.; LEE, J.. The geography of school choice in a city with growing inequality: the case of Vancouver, **Journal of Education Policy,** 33:2, 279-298, 2018.